

ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS SOBRE AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

DANIELLE DE FARIAS TAVARES FERREIRA

Licenciatura em Pedagogia e em Letras. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade do IFPE (NEGED).. Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação de Pernambuco – IFPE\Ipojuca. E-mail: daniufpe@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por finalidade apresentar um estudo de revisão utilizado para compor o levantamento sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil e relacionadas ao campo educacional. A partir do levantamento da última década, e partindo de descritores como: ações afirmativas, políticas e educação, foi possível identificar os mais recorrentes aportes teórico-metodológicos e resultados que estimulam a produção de novas pesquisas na área. Até o momento, constatou-se a pouca existência de pesquisas sobre o tema na região Nordeste, além de serem ainda mais reduzidos os trabalhos de dissertações e teses acadêmicas, bem como publicações em periódicos Qualis A. Nessa direção, inicia-se a elaboração do artigo pela apresentação de alguns conceitos a distinguir a revisão do tipo estado da arte de outros tipos de estudos de revisão. Em seguida, discorre sobre o levantamento das pesquisas envolvendo ações afirmativas na área de educação e com o enfoque nas escolas técnicas da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Em sua finalização, o trabalho destaca a relevância que esses estudos possibilitam, principalmente, no delineamento do objeto de pesquisa em foco.

Palavras-Chave: Estudos de revisão. Ações Afirmativas. Políticas Educacionais.

1. INTRODUÇÃO

As pesquisas em educação, no Brasil, têm apresentado um significativo crescimento na realização de estudos que envolvam práticas de levantamentos, mapeamentos e análises críticas a evidenciar os percursos das pesquisas em determinados temas. Vosgerau e Romanowski (2014) afirmam que esses estudos contribuem com o fortalecimento da transparência e da validação de pesquisas, principalmente, na demarcação do objeto de estudo e na perspectiva da evidenciação do acumulado sobre o tema nos últimos anos.

Nesse cenário, os estudos de revisão se intensificam, pois representam *“um procedimiento sistemático y riguroso para analizar información relevante en forma crítica, con objetivos bien definidos”* (MENDÍVIL et. al. 2020, p. 6). Trata-se, portanto, de explicar, a partir de outros estudos finalizados, o delineamento do seu próprio objeto de estudo. Apontam também as necessidades de melhoria das fundamentações teórico-metodológicas dentro do campo e área investigados, além de explicitar as principais tendências de investigação que têm predominado.

São diversos os tipos de estudos de revisão, os quais serão descritos no decorrer deste ensaio. Em comum entre eles há uma predominância das práticas de sistematizar, esclarecer e resumir as principais produções acadêmicas existentes. A revisão de literatura, por exemplo, é um tipo de revisão capaz de fornecer um panorama histórico sobre um tema, partindo das publicações dentro daquele campo. Esse tipo de estudo também detém uma certa predominância na área de educação. No entanto, a descrição neste momento recairá sobre a ampliação de outro tipo de estudo de revisão na área de educação: o tipo estado da arte.

Descrever o passo a passo na condução desse tipo de estudo é o propósito deste ensaio, além de expor as etapas, até então alcançadas, com o seu uso. Para o alcance do planejado, o ensaio se inicia com a apresentação de alguns conceitos a diferenciar o estado da arte de outros tipos de estudos de revisão. Em seguida, apresentará o levantamento inicial sobre as pesquisas envolvendo ações afirmativas na área de educação. Nesta parte, serão destacados os descritores utilizados no levantamento, os bancos de dados em que as pesquisas foram coletadas, os tipos de produções acadêmicas selecionadas e a sistematização desses dados em gráficos.

Seguindo para a terceira parte do ensaio, se explicitaram as sínteses, com o auxílio de tabela, partindo de algumas questões norteadoras, tais como: O que se tem investigado sobre este objeto? Como tem sido

investigado e de que forma? Por que se optou por determinado recorte temporal? Quais as principais razões encontradas para investigar este objeto de estudo? e, por fim, quais possíveis contribuições se chegou com esse estudo de revisão? A ênfase sobre o que se falta investigar dentro do tema, que se coloca como sugestão à tese proposta, será o destaque pontuado nas considerações finais.

2. DIFERENÇAS ENTRE ESTADO DA ARTE E OUTROS ESTUDOS DE REVISÃO

Para que haja um aprofundamento sobre determinado objeto de pesquisa, e com o intuito de conhecer os seus delineamentos, a prática do levantamento em bases de periódicos nacionais e internacionais tem sido recorrente e indispensável entre pesquisadores mais experientes.

Quando um pesquisador se debruça a realizar esse mapeamento, é comum se deparar com diferentes tipos de estudos de revisão. Os tipos mais comuns, encontrados na área de educação, envolvem a prática do levantamento bibliográfico, a revisão de literatura, a revisão bibliográfica e o tipo estado da arte. Outras, menos comuns de serem encontradas na área de educação, são: o estudo bibliométrico, a revisão sistemática, a revisão integrativa, a meta-análise, a metassumarização e a síntese de evidências qualitativas.

Vosgerau e Romanowski (2014) agruparam todas elas em dois grandes grupos nomeados por: grupo das revisões que mapeiam e grupo das revisões que sintetizam avaliando. É importante lembrar que uma única pesquisa pode envolver e mesmo inter cruzar mais de um tipo de revisão no delineamento de seu objeto, até porque há complementaridade entre muitos deles.

Inserido no grupo de mapeamento, se encontra o levantamento bibliográfico. Essa prática tem por finalidade levantar o máximo de referências sobre determinado tema. Segundo Cervo e Bervian (2002), não existe neste levantamento um único critério que detalhe as etapas para selecionar o material. Busca-se todo o tipo de material relacionado ao tema, e alguns pesquisadores fazem uso de softwares que auxiliem na categorização desse material. Um bom exemplo de um software para este uso é o *EndNote*.

Se o pesquisador não parar apenas no processo de catalogação do levantamento bibliográfico e decidir realizar uma discussão no formato de ensaio teórico sobre o levantado, então, se alcançará a elaboração de outro tipo de revisão: a revisão de literatura.

A revisão de literatura é também conhecida pelo termo de revisão bibliográfica. Nela, há uma organização sistemática do levantamento bibliográfico feito anteriormente. Isto significa que o pesquisador partirá das fontes levantadas para configurar a problematização que se debruça na pesquisa e contextualizar sua análise com fins de validar seu quadro teórico. A organização dos documentos levantados por via de fichamentos, por exemplo, tem sido indispensável nesse tipo de estudo.

Nos casos em que o pesquisador já realizou o levantamento bibliográfico e montou seu quadro teórico, partindo da revisão de literatura, mas ainda assim deseja realizar um aprofundamento na análise de seu objeto, ele poderá optar pela elaboração do estado da arte.

Percebam que entre os tipos de revisão, até aqui citados, há uma certa complementaridade entre eles. A expressão estado da arte, ou também chamado de estado do conhecimento, objetiva, segundo Brandão *et al.* (1986), elaborar pesquisas em uma dada área e a partir de uma descrição minuciosa da trajetória e da distribuição da produção científica sobre determinado objeto. Um conjunto de variáveis são escolhidas para demarcar esse levantamento como, por exemplo, um período temporal de publicação, as fontes levantadas e os descritores de busca. O uso do editor de planilhas Excel também se faz comumente presente na organização sistemática desse tipo de levantamento.

Os resultados são também apresentados no formato de gráficos a ilustrar o levantamento realizado. “Enfim, as pesquisas do tipo estado da arte focam sua análise na problematização e metodologia. Sua finalidade central é o mapeamento, principalmente servindo ao pesquisador como uma referência para justificar a lacuna da investigação que se pretende realizar” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

Os estudos bibliométricos estão inseridos ainda neste primeiro grupo de revisão. Para Lopes *et al.* (2012) esse tipo de estudo é composto por práticas de mensuração dos aspectos quantitativos que aparecem em fontes de qualquer formato. Um exemplo prático do uso da bibliometria é quando um pesquisador almeja aferir o impacto de determinado periódico em um campo de pesquisa. Ele irá aferir, quantitativamente, alguns indicadores, que Lopes *et al.* (2012) lista como sendo os indicadores de qualidade científica, os indicadores de atividade científica, os indicadores de impacto científico e indicadores de associações temáticas. Seria, portanto, um estudo de profundidade, como é o estado da arte, mas partindo de uma perspectiva de mapeamento quantitativo.

Após essa diferenciação conceitual entre os estudos de revisão, que focam nas práticas de mapeamento, o presente ensaio não se aterá na

descrição dos demais estudos de revisão do tipo avaliativo porque a descrição que se seguirá terá apenas como foco o estudo do tipo estado da arte. Apenas salienta-se que os estudos de revisão do tipo sistematização avaliativa têm em comum a característica de levantar o impacto dos resultados das pesquisas no campo e na área investigados.

Em síntese, as finalidades dos estudos de revisão não condizem com o ato de hierarquizar ou qualificar um tipo de revisão em detrimento a outro tipo. Cada tipologia demonstra a sua importância quando se faz uso de modo competente. Conhecer e aplicar os estudos de revisão em pesquisas acadêmicas marca a contribuição na formação do pesquisador, principalmente quando auxilia na justificação da escolha de um objeto, na proposição de uma problemática, na opção por um percurso teórico-metodológico e na busca por fortalecer o rigor científico ao considerar os avanços que outros pesquisadores antecessores realizaram.

3. ESTADO DA ARTE NAS PESQUISAS EDUCACIONAIS SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS

Antes de iniciar a descrição do estado da arte, que vem sendo realizado através do levantamento nos principais bancos de dados das produções acadêmicas nacionais e também em periódicos internacionais, a escolha por atualizar o estudo sobre as políticas afirmativas na pesquisa educacional foi estimulada a partir do levantamento prévio realizado por Silva e Borba (2018). Eles identificaram 94 artigos, 54 dissertações e 12 teses voltadas para os estudos dessas políticas na pesquisa educacional. O aumento desses estudos foi gradativo principalmente nos anos que antecederam a aprovação da Lei 12.711/2012, a qual definiu políticas de cotas para as universidades e institutos federais.

Os autores consideraram ainda que estudar o tema das políticas afirmativas na educação brasileira apresenta um campo crescente e com análises relevantes. Registraram também que a dispersão de programas e orientadores se concentrou na Região Sudeste, seguida da Centro-oeste e Sul. Apesar da região Nordeste se configurar entre as primeiras a adotarem políticas afirmativas para a população negra, apenas 2% de artigos sobre essa temática foram publicados em revistas educacionais do Nordeste. A pesquisa desses autores foi publicada em 2017 e apontou a importância da expansão de dissertações e teses que tratem sobre essa temática.

Este estudo de revisão feito por Silva e Borba (2018) demonstrou a relevância no desenvolvimento desse tipo de estudo sobre a temática e

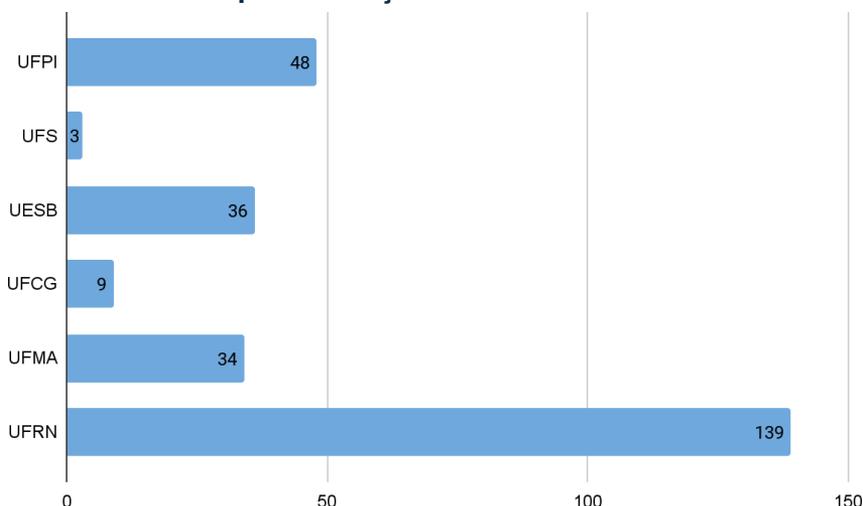
evidenciou características que permanecem até os dias atuais, as quais foram possíveis de serem novamente identificadas durante o levantamento realizado e exposto neste ensaio.

O levantamento do estado da arte, atualizado pela pesquisa aqui proposta, iniciou delimitando o tema quando selecionou os descritores de busca. Os descritores foram: Ações afirmativas, Políticas e Educação. Entre os filtros utilizados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), optou-se por restringir a área de conhecimento e o campo de concentração à Educação. Foram selecionadas também dissertações tanto acadêmicas como oriundas de mestrado profissional.

O espaço temporal da busca teve o recorte iniciado em 2012, ano em que a Lei 12.711/2012 foi implantada, até o ano corrente de 2021. É provável que até a defesa da tese, que este estudo de revisão comporá, haja mais uma atualização. Aplicando os descritores e filtros mencionados, foram identificadas 2.988 produções, sendo 1.957 dissertações e 1.031 teses.

Outro filtro que auxiliou na extração e delineamento dessas produções foi o filtro sobre as instituições que publicaram esses trabalhos. Especificamente esse filtro da plataforma CAPES auxiliou na identificação das produções na região nordeste. Do total de produções acadêmicas, apenas 269 delas foram em instituições públicas de ensino localizadas na região nordeste, conforme é possível observar no gráfico que se segue.

Figura 01: Distribuição das produções de dissertações e teses no Portal CAPES por instituição de ensino do Nordeste.



Durante a realização do fichamento dessas produções catalogadas no portal CAPES, e mensuradas no gráfico acima, verificou-se que apenas duas delas se debruçaram, de fato, sobre a temática das ações afirmativas em escolas. Ambas foram dissertações oriundas de mestrado acadêmico em programas de pós-graduação em educação e referenciaram a temática no próprio título dos trabalhos. Não houve tese. As demais produções levantadas se referiam ao plano de ações articuladas, à política de assistência estudantil e a alguns programas assistenciais vinculados à área de Educação, mas não focalizados na política de ações afirmativas propriamente dita.

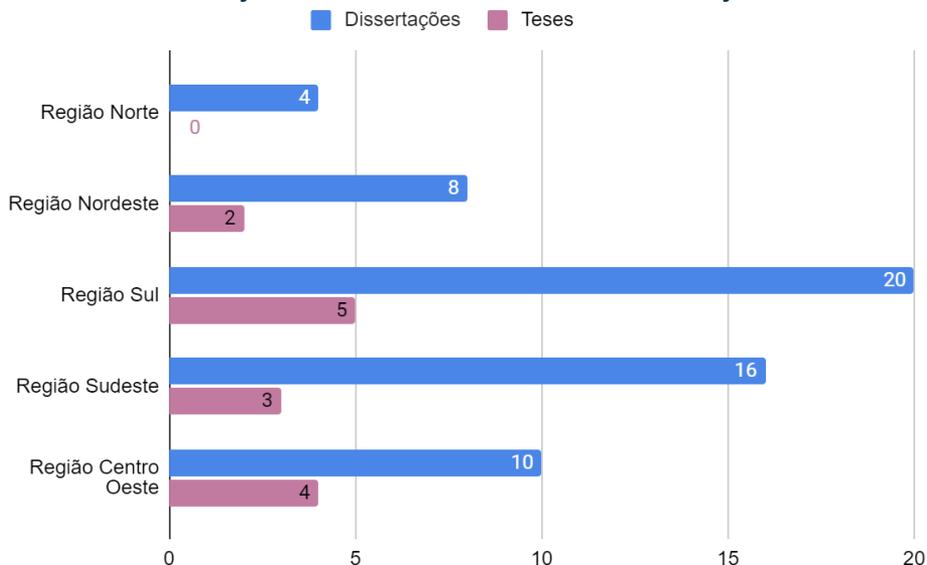
A primeira dissertação foi a de Ferraz (2020). O seu trabalho esteve vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. A pesquisa teve como objetivo avaliar o alcance da política de ações afirmativas implantada na própria universidade em que houve a defesa da dissertação. Para isso, focou nas perspectivas de discentes, docentes e gestores envolvidos com a implementação dessa política.

Outra dissertação encontrada foi defendida na Universidade Federal do Maranhão no mesmo ano de publicação da pesquisa citada anteriormente. Braga (2020) tratou das ações afirmativas enquanto políticas públicas compensatórias para a inclusão da população negra no ensino superior. O destaque apenas à população negra marcou a referida dissertação. Focalizou em analisar os significados que os estudantes, autodeclarados negros, dos cursos de Medicina e de Licenciatura em Matemática afirmavam sobre essa política e no contexto da própria Universidade Federal do Maranhão.

Nota-se que no portal CAPES não foram identificadas pesquisas que tratassem das ações afirmativas na rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, enfoque dado por este estudo de revisão aqui exposto. Também não foram identificadas teses ou dissertações defendidas em instituições privadas de ensino.

O panorama do levantamento realizado no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações ampliou o número de produções coletadas sobre as ações afirmativas. Os filtros envolveram trabalhos acadêmicos da grande área de conhecimento das ciências humanas, mas com descritores de busca idênticos aos aplicados no portal CAPES (ações afirmativas, políticas e educação). Foram extraídos 78 trabalhos, sendo 15 teses e 63 dissertações.

Figura 02: Distribuição regional das dissertações e teses que tratam do tema das ações afirmativas relacionadas à Educação



Como já demonstrava os estudos de revisão realizados por Silva e Borba (2018), as regiões sul, sudeste e centro-oeste continuam a liderar em produções de dissertações e teses sobre a temática das ações afirmativas relacionadas à área de Educação. O destaque deste levantamento foi a superação do quantitativo de trabalhos publicados em instituições da região sul, quando comparado ao levantamento que Silva e Borba (2018) realizaram em 2017. A região sul ultrapassou as produções da região sudeste nesses últimos quatro anos.

Neste levantamento, realizado dentro do portal BDTD, foram encontrados 4 (quatro) trabalhos, todos na modalidade de dissertação, que tiveram como foco as ações afirmativas em escolas técnicas, sendo 3 (três) deles referenciados à rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e um deles se referindo à Universidade Federal Tecnológica do Paraná.

Outro destaque importante se referiu às duas dissertações defendidas em instituições de ensino superior públicas de Pernambuco. Uma dissertação acadêmica foi encontrada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e uma dissertação no repositório da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Não houve tese defendida sobre essa temática no estado de Pernambuco. Um outro fator relevante decorreu da existência de instituições privadas de ensino publicando sobre essa temática. Foram encontradas duas teses e duas dissertações publicadas

por universidades católicas da região Centro-oeste e Sul e uma dissertação defendida pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, no Sudeste.

Mediante esses achados, notou-se a predominância de estudos sobre a lei de cotas no ensino superior das universidades públicas brasileiras, prevalecendo perante outros estudos sobre essas ações em instituições como os institutos federais ou escolas técnicas. Além disso, algumas categorias teóricas como desigualdades, políticas públicas, raça e etnia, acesso ao ensino superior foram as que mais se sobrepuseram.

No delineamento dos materiais levantados também foi possível visualizar que o descritor “ações afirmativas” tem remetido mais aos estudos que envolvam políticas direcionadas à população negra, comparando-se as publicações que destacam os povos indígenas ou também denominados de povos tradicionais. Esse descritor, quando colocado no título dos trabalhos, também não tem acionado as pesquisas que se referiram a outros grupos alvos de discriminações, ou seja, que não abarquem apenas as discriminações étnicas e raciais, mas as discriminações religiosas, de gênero, de pessoas com deficiência ou mesmo de classe.

Um terceiro momento do referido estudo de revisão envolveu a busca de periódicos Qualis A1 levantados na Plataforma Sucupira. Ao acessar essa plataforma, foi possível listar as classificações dos periódicos do último quadriênio disponível (2013-2016). Esse recorte de periódicos Qualis A1 poderá ser repensado e mesmo seguir igual critério que Silva e Borba (2018) utilizaram, o qual envolveu elencar as principais revistas do nordeste.

No entanto, e para este momento, se buscou periódicos de abrangência internacional. Para fins de critérios seletivos foram escolhidos três dos principais periódicos da subárea de políticas educacionais. Entre elas, encontram-se: 1) *Archivos Analíticos De Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives*, 2) *Journal Of Education Policy* e 3) *Educational Policy (Los Altos, Calif.)*. A seleção de três periódicos com abrangência internacional se justificou pela intenção de verificar se a temática sobre as ações afirmativas na educação também é fortemente permeada por questões étnico-raciais e com o maior foco no ensino superior.

O periódico *Education Policy Analysis Archives* é um jornal internacional de livre acesso a pesquisadores, legisladores e profissionais da área preocupados com as políticas educacionais de diferentes países. Seu material publicado possui abrangência multidisciplinar e multilíngue, predominando a versão em inglês nas publicações. Durante a busca, aplicamos os descritores “*Affirmative action policies*” e “*Affirmative action*”.

O recorte temporal envolveu os anos entre 2012 e 2021, por ter sido o mesmo recorte aplicado nos bancos de dados nacionais, e se utilizou ainda o filtro que trouxesse os descritores no título ou nas palavras-chave das publicações.

Sete publicações foram encontradas neste periódico. Uma delas teve como pesquisador um brasileiro, Cabral (2018), que discutiu as políticas de ações afirmativas voltadas ao acesso das pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro. Na mesma direção, o trabalho de outro brasileiro, Souza (2018), analisou os estereótipos direcionados aos cotistas do curso de administração em uma universidade federal brasileira. A terceira publicação também envolveu pesquisadores brasileiros, Russo e Diniz (2020), e versou sobre o acesso e a permanência de estudantes indígenas no ensino superior, dando um recorte às universidades públicas do estado do Rio de Janeiro.

Vargas e Heringer (2017), também pesquisadores oriundos do Brasil, realizaram uma pesquisa, na perspectiva comparada, sobre as práticas relacionadas aos estudantes do ensino superior do Brasil, do Chile e da Argentina. Tiveram de base os aspectos históricos, jurídicos e socioeconômicos de programas focalizados na diminuição da retenção e de assistência estudantil aos estudantes em situação de exclusão.

No que tange às publicações internacionais na *Education Policy Analysis Archives*, encontra-se a publicação de Vavrik (2014), versando sobre um programa de bolsas, integrante das políticas de ação afirmativa da Universidade de Cuyo, e destinado aos estudantes pertencentes às comunidades indígenas nesta universidade argentina. Outra pesquisa sobre esta temática foi publicada por Tivaringe (2019) que se debruçou em investigar a relação entre as políticas de ação afirmativa, presente na educação universitária dos sul-africanos historicamente marginalizados, e os seus resultados no que tange ao acesso desse público ao mercado de trabalho. Caracterizou nela as assimetrias estruturais e foi além da questão racial ao enfatizar a exigência de se criar políticas de ação afirmativa numa perspectiva interseccional.

Laya (2012) concluiu o escopo das pesquisas internacionais encontradas neste periódico ao expor as políticas de equidade no ensino superior mexicano. Questionou os modos como os programas compensatórios e de ações afirmativas são implementados para garantir a permanência escolar dos jovens pobres oriundos de população excluída.

Diante dos materiais revisados, foi possível considerar que as políticas de ações afirmativas no ensino superior continuam a predominar

também nas publicações deste periódico. O recorte étnico-racial relacionado a essas políticas também se manteve em evidência quando se trata de ações afirmativas nas pesquisas latino-americanas e sul-africanas encontradas.

Quando ao periódico *Journal Of Education Policy*, foram encontradas 8(oito) publicações, todas de livre acesso. Já no periódico *Educational Policy (Los Altos, Califórnia)* também houve o mesmo quantitativo de publicações sobre a temática em questão. No entanto, o acesso é restrito, pago em dólar, em 6 (seis) delas. Apenas 2 (duas) estavam com o acesso permitido e foram apreciadas.

É preciso salientar que o acesso a esse jornal ocorre dentro da plataforma Taylor & Francis (Routledge) e durante a busca houve artigos deste jornal e de outros periódicos encontrados. Um dos artigos identificado no *Journal Of Education Policy* analisou os impactos das políticas educacionais que focam em medidas de ações afirmativas para dar conta das diferenças étnico-culturais presentes nas escolas da Colômbia e do Peru. Avaliou como essas políticas de educação de identidade podem gerar uma competição interétnica e resultar em conflitos sociais entre os grupos envolvidos.

Outra publicação se referiu às políticas de acesso às instituições de ensino, pós-secundário, por estudantes sub-representados nos distritos do Texas, Califórnia e Flórida, nos Estados Unidos (EUA). Partindo de um resgate histórico e jurídico dessa política de ações afirmativas nos EUA, Felkner (2018) enfatizou que mesmo as desigualdades não apresentando sinais de diminuição, as instituições norte-americanas continuam a se adaptar ao cenário neoconservador destinado às reduções dos esforços da diversidade e justiça social até então alcançados.

Na mesma direção se encontra o artigo de Rose (2019), publicado pela universidade norte-americana de Duke. A pesquisa teve um caráter documental sobre as políticas de ações afirmativas nos EUA entre 1961-1980. Considerou que apesar dessas políticas, no período citado, terem desempenhado uma importante correção no acesso ao ensino superior de grupos historicamente discriminados, como as mulheres, as minorias raciais, étnicas e os cidadãos com deficiência, seus efeitos impulsionaram discursos políticos de contenção por justificarem implicações negativas diante de uma política, predominantemente, de correção racial.

Sobre a realidade brasileira, foram encontrados dois artigos nestes periódicos internacionais levantados pela plataforma Taylor & Francis (Routledge). Uma pesquisadora norte-americana da Universidade de

Maryland, Lee (2019), retratou a lei de cotas instituída no governo da presidenta Dilma em 2012. Guiada pela teoria da dominação social, essa pesquisadora analisou o papel que essa lei desempenha para o rompimento das desigualdades que impactam as pessoas marginalizadas, bem como evidenciou o modo que a lei possibilita interromper a adesão de uma sociedade a um modelo ideológico dominante.

Houve ainda um artigo publicado, em 2017, pela universidade de Londres (UCL) em que se analisou a exclusão no ensino superior de grupos indígenas da América Latina. O recorte foi dado às políticas de inclusão das populações indígenas no ensino superior do México e do Brasil. Outro artigo pertinente sobre a temática das políticas de ação afirmativa foi o de Lane e Birds (2013), em que os autores exploraram as diretrizes de admissão no ensino superior da Inglaterra a partir de conceitos como o conceito de meritocracia e de reprodução social. As duas demais publicações encontradas se remeteram às políticas de ação afirmativa implementadas na Inglaterra e no Brasil, focadas no acesso ao ensino superior.

No periódico *Educational Policy* apenas 2 (duas) pesquisas foram acessadas, diante do acesso restrito às demais. Uma delas investigou como a política de ações afirmativas tem auxiliado na visibilidade de indivíduos das castas regulares e de classes atrasadas na Índia, e que buscam empregos públicos. Diferente das demais pesquisas, esta não enfatizou apenas o campo educacional. A outra pesquisa foi realizada em um país sul-asiático: a Malásia. Explorou o Plano da Malásia para erradicar a identificação de raça e sua relação com a função econômica de posição social. Essa pesquisa também não se limitou ao campo da educação, pois dialogou com a Sociologia e com estudos na área de assistência social.

O estado da arte aqui proposto coloca em evidência que as políticas educacionais voltadas às ações afirmativas, e encontradas nas pesquisas nacionais e internacionais dos últimos nove anos, têm sobressaído, enquanto principal objeto de estudo, o acesso de grupos étnico-raciais ao ensino superior. Nos periódicos internacionais levantados, e relacionados à linha de políticas educacionais, não se encontrou, do ano de 2012 ao ano de 2021, pesquisas que se debruçassem em compreender as políticas de ação afirmativa destinadas à educação profissional.

Faz-se necessário, portanto, salientar que todo esse estudo de revisão em andamento não se iniciou sem que antes houvesse um levantamento bibliográfico e uma revisão de literatura a compor um quadro teórico-metodológico para esse percurso. Sem a pesquisa bibliográfica,

não seria possível mapear sistematicamente todas as fontes que foram levantadas neste estudo de revisão.

A seguir, serão apresentadas apenas as análises das quatro únicas produções científicas encontradas que se inclinaram a investigar as ações afirmativas nas escolas técnicas e tecnológicas. A escolha se deu pela proximidade dessas pesquisas ao *locus* de investigação da tese em elaboração. Salienta-se ainda que, por se tratar de um breve ensaio, não serão apresentadas as análises de todos os trabalhos da região nordeste. Também não serão mais incluídos, neste momento, a análise das duas dissertações encontradas no portal CAPES, já que elas não trataram da educação profissional. Essas etapas serão tratadas em outros textos que vão compor a tese a que se liga o presente trabalho.

4. ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES FOCADAS NAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

As quatro dissertações de mestrado, que se debruçaram em focar nas ações afirmativas em escolas técnicas e tecnológicas, desenvolveram, cada uma delas, suas pesquisas em três institutos federais brasileiros e em uma universidade tecnológica federal. Os institutos federais envolvidos foram: O Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e, apenas um instituto no Nordeste, referindo-se ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB). A única dissertação que tratou da temática sobre as ações afirmativas em universidade tecnológica teve como *locus* a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Um especial destaque à dissertação que teve o IFPB como *locus* de investigação. Ela foi defendida na UFPE e num programa de pós-graduação em Gestão Pública. No programa de pós-graduação em Educação da UFPE não houve, nesses últimos dez anos, publicações sobre política de ações afirmativas. O que reforça a relevância social de publicarmos estudos sobre a política de ações afirmativas, principalmente porque no próximo ano a própria lei de cotas deverá passar por reformulação.

As pesquisas examinadas expressam as principais investigações e análises sobre esse objeto de estudo a envolver as ações afirmativas na educação profissional. As ações afirmativas têm, intensamente, se relacionado com a lei 12.711/2012, a qual trata das cotas de acesso do corpo discente às instituições públicas de ensino técnico e superior. Todas as

quatro produções analisaram essa lei. Apenas as dissertações de Rosa (2019) e Silva (2014) foram além, ao investigarem também se outras ações afirmativas, como a criação de políticas internas não restritas à implementação da referida lei, estavam sendo criadas.

Discussões teóricas sobre as questões das desigualdades raciais foram predominantes entre as pesquisas. A vertente teórica do materialismo histórico-dialético também predominou entre os trabalhos, na tentativa de explicar e refletir sobre as desigualdades e a superação delas. Outra característica interessante se referiu ao modo de como esse objeto de estudo tem sido investigado. A predominância de pesquisas trianguláveis foi evidenciada, pois três trabalhos realizaram uma pesquisa quali-quantitativa. Esses trabalhos triangularam o uso de pesquisa bibliográfica e documental com a aplicação de fórmulas estatísticas objetivas para analisar os dados do público atendido pelas ações afirmativas e dos demais atores envolvidos com a implementação dessas ações.

Realça-se que essas quatro produções já demonstram o que vêm predominando na área quando se propõe discutir políticas de ações afirmativas em instituições federais de ensino técnico e tecnológico. Com base nos dados analisados até o momento, permite afirmar que as principais razões encontradas para investigar este objeto de estudo podem ser, portanto, justificadas pela pouca produção na região nordeste nessa última década. Além disso, quando se questiona a existência de discussões sobre essa temática em programas de pós-graduação em Educação, ela aparece quase nula. Em termos de tese, a publicação resgatará essa discussão que se encontra desaparecida em alguns programas de pós-graduação em educação do nordeste.

O contexto também é oportuno, já que a principal política de ação afirmativa poderá desaparecer no ano de 2022, se não for renovada. Não foi identificado também teses publicadas, na última década, sobre essa temática no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Programa a que se encontra vinculada a autora do presente trabalho. Esse levantamento contribuiu em dar visibilidade a relevância de se publicar uma tese que propõe retomar esse debate contemporâneo na esfera acadêmica e também pública.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quais as condescendências entre os resultados apresentados nas quatro produções acadêmicas analisadas? O que elas consideraram

quanto ao objeto de estudo que versa sobre as ações afirmativas em instituições técnica e tecnológicas federais?

Antes de adentrar no que essas pesquisas alcançaram, faz-se necessário destacar, mais uma vez, a importância desse tipo de estudo de revisão. O estado da arte possibilita ir além de uma revisão de literatura ou mesmo de um simples levantamento bibliográfico. Ele evidencia o que tem predominado dentro do campo da Educação sobre essa temática. Realiza uma análise crítica a partir do material levantado. Optar por essa trilha revela o teor investigativo da escolha do pesquisador quando se perfila por esse caminho.

Em termos dos resultados encontrados pelas autoras das quatro dissertações que trataram da política de ações afirmativas na rede federal brasileira de educação, ciência e tecnologia, todas por coincidência mulheres, houve a predominância em se afirmar que a utilização das cotas permitiu a ampliação da entrada de grupos, historicamente excluídos, nas instituições de ensino técnico e tecnológico. Podendo, pois, ser considerado um facilitador à medida que anuncia uma abertura por muito tempo negada ou dificultada a esses grupos. No entanto, também evidenciaram o despreparo das instituições em efetivar a própria política de cotas, em termos de acompanhamento, e em acolher esses públicos numa perspectiva diferenciada, singularizada, inclusiva e cidadã.

Outro resultado interessante se relacionou à permanência desse público, marcado pelas desigualdades estruturais. O acesso dos cotistas aos programas de benefícios estudantis é uma característica fundante na permanência desse público após o seu ingresso. Outros fatores também foram pontuados como a necessidade de acompanhamento psicossocial, pedagógico e de orientação educacional a eles, diante do tipo das relações sociais predominantes que ainda se delineiam como relações de tensão em escolas, originalmente, meritocráticas.

Relacionar-se com o Outro, diferente e desigual, portanto, revelou-se como um grande obstáculo, além de outros obstáculos envolvendo o sucateamento dessas instituições pelo Estado, a falta de políticas internas direcionadas às ações afirmativas e voltadas ao enfretamento de práticas excludentes ou mesmo a deficiência da própria política de assistência estudantil, a qual precisa ser fortalecida diante dessa ampliação no acesso.

Em suma, esses foram os principais achados que compuseram a síntese deste estudo de revisão e que auxiliaram em justificar o percurso escolhido no estudo em andamento.

REFERÊNCIAS

BRAGA, M.R.F.F. **Ações afirmativas na educação superior**: análise de significados de políticas e ações institucionais para acesso do estudante autodeclarados negros em cursos de Medicina e Licenciatura em Matemática na UFMA. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

BRANDÃO, Z.; BAETA, A. M. B.; ROCHA, A. D. C. **Evasão e repetência no Brasil**: a escola em questão. 2. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

CABRAL, L.S.A. Políticas de Ações Afirmativas, Pessoas com Deficiência e o Reconhecimento das Identidades e Diferenças no Ensino Superior Brasileiro. **Archivos analíticos de políticas educativas**, Arizona State University, v. 26, n. 57, p. 2-33, set/jan. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002

COELHO, Míriam Maria. **Democratização da educação ou mito?** uma análise da política de ações afirmativas implantadas no CEFET-MG campus Araxá. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

DANTAS, M.J.F. **Ações afirmativas na educação profissional técnica de nível médio**: um estudo no IFPB - campus João Pessoa. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FERRAZ, M.O.M. **O Programa De Ações Afirmativas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) na Perspectiva de Discentes, Docentes e Gestores**. 2020. 378 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

FELKNER, L.P. Affirmative action challenges keep on keeping on: responding to shifting federal and state policy. **Journal Of Education Policy**, v. 25, n.2, p. 19-23, Out. 2018.

LANE, L; BIRDS, R. Contextual admissions and affirmative action: developments in higher education policy in England. **Perspectives: Policy and Practice in Higher Education**. v. 17, n.4. p. 135-140, out.2013.

LAYA, M.S. Equidad en la Educación Superior en México: La Necesidad de un Nuevo Concepto y Nuevas Políticas. **Archivos analíticos de políticas educativas**, Arizona State University, v.20, n. 04, p.2-22, fev. 2012.

LEE, J.H. Policy and ideology collide: an examination of Affirmative Action for students of Brazilian public higher education. **Race Ethnicity and Education**, London, v.23, n.1, p. 39-55, abr. 2020.

LOPES, S. et al. A bibliometria e a avaliação da produção científica: indicadores e ferramentas. **CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS**, vol. 11, 2012, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/429>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MENDIVIL, L; SÁNCHEZ, A; CABRERA, L; BUSTAMANTE, G. **Estado del Arte: Guía académica para la investigación**. Peru: Editora da Pontificia Universidad Católica del Perú, 2020. Disponível em: < Guías para la investigación | PUCP | Facultad de Educación>. Acesso em 10 jun. 2021.

ROSA, C. C. B.B. **A Implementação das Políticas Públicas de Ações Afirmativas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus de Francisco Beltrão**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019.

ROSE, D. Policy Feedback and the Racialization of Affirmative Action, 1961-1980. **International Journal of Public Administration**, USA, v.44, n.11, p. 3-13, out.2019.

RUSSO, K; DINIZ, E.A. Trajetórias Indígenas na Universidade: O Direito ao Ensino Superior no Rio de Janeiro. **Archivos analíticos de políticas educativas**, Arizona State University, v.28, n. 73, p.2-27, fev/mar. 2020.

SILVA, Luana Rocha da. **A implementação da lei de cotas e a discussão das ações afirmativas no IFRS**. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BORBA, Carolina dos anjos de. Políticas afirmativas na pesquisa educacional. **Educar em revista**, Curitiba, v. 34, n. 69, p.151-191, maio/jun. 2018.

SOUZA, E.M. Ações Afirmativas e Estereótipos Sociais: Desconstruindo o Mito da Inferioridade Cotista. **Archivos analíticos de políticas educativas**, Arizona State University, v.27, n. 74, p.2-27, jan/dez. 2018.

TIVARINGE, T. The Social Unemployment Gap in South Africa: Limits of Enabling Socio-Economic Redress Through Expanding Access to Higher Education. **Archivos analíticos de políticas educativas**, Arizona State University, v.27, n. 155, p.2-31, jan/out. 2019

VARGAS, H; HERINGER, R. Políticas de Permanência no Ensino Superior Público em Perspectiva Comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Archivos analíticos de políticas educativas**, Arizona State University, v.25, n. 72, p.2-36, out/abr. 2017.

VAVRIK, G.F. Un trato excepcional. Acción afirmativa cotidiana en la Universidad Nacional de Cuyo. **Archivos analíticos de políticas educativas**, Arizona State University, v.22, n. 107, p.2-26, mai/set. 2013.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 14, n. 41, p.165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317/2233>. Acesso em: 4 jul. 2020.